

RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES
2012



BANESES
FUNDAÇÃO BANESTES
DE SEGURIDADE SOCIAL

Mensagem da Diretoria Executiva

Senhoras e Senhores,
Participantes, Assistidos e Pensionistas.

A Fundação Banestes apresenta o Relatório Anual de Informações (RAI) do exercício 2012.

O Relatório Anual é o cumprimento da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº23, de 6 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos participantes ativos e assistidos dos Planos de Benefícios.

A Fundação Banestes enxerga no RAI muito mais que o cumprimento de um normativo; é uma oportunidade de compartilhar com todos, os resultados de um ano de trabalho.

O RAI reúne as Demonstrações Contábeis, o Demonstrativo Patrimonial e de resultados dos Planos de Benefícios, as Informações sobre o Demonstrativo de Investimentos, a Política de Investimento adotada para o exercício 2012, as Premissas Atuariais e os Pareceres Atuarial, dos Auditores Independentes e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Informamos, ainda, que pelo terceiro ano consecutivo fomos liberados pela Previc - órgão fiscalizador dos fundos de pensão, de enviar este material impresso aos participantes por termos cumprido o programa de Educação Previdenciária INVISTA EM SEU FUTURO. O RAI 2012 em versão on-line fica disponível no site da BANESES durante todo o ano para ser consultado a qualquer momento, tornando ainda mais transparente o relacionamento com a entidade.

Boa leitura a todos!

1 - Quadro Social

COMPOSIÇÃO DOS PARTICIPANTES		
Discriminação	2012	2011
Participantes Ativos	1.973	2.030
Participantes Autopatrocinados	227	163
Participantes Vinculados	3	2
Pensionistas	233	226
Aposentados pela BANESES	1.673	1.685
Aposentados pelo Banestes	-	2

RESULTADOS DO PROGRAMA PREVIDENCIAL

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIAIS				
Descrição/Ano	Valores R\$ mil		Quantidade	
	2012	2011	2012	2011
Ap. Tempo de Serviço	48.535	46.885	665	666
Ap. Antecipada	25.371	24.222	801	810
Ap. Idade	50	48	9	9
Ap. Invalidez	3.358	3.210	196	200
Ap. Especial	45	43	2	2
Pensão Por Morte	7.085	6.571	233	226
Benefício Prestação Única	2.323	2.634	16	13
Pecúlio Por Morte	865	1.003	16	12
Institutos	1.259	739	50	21

(Valores em R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIAIS			
Descrição/Ano	2012	2011	%
Contribuição de Ativos	9.236	8.349	10,63
Contribuição de Assistidos	9.264	8.929	3,75
Contribuição de Patrocinadora	7.112	6.607	7,64
Contribuição de Autopatrocinados	365	315	15,77
Outros Recursos Correntes	29.747	27.854	6,80
Total	55.724	52.054	7,05

(Valores em R\$ mil)

PROVISÕES MATEMÁTICAS			
Descrição/Ano	2012	2011	%
EXIGÍVEL ATUARIAL	1.229.134	1.142.717	7,56
Provisões Matemáticas	1.229.134	1.142.717	7,56
Benefícios Concedidos	857.008	820.972	4,39
Benefícios a Conceder	372.126	321.744	15,66

(R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - 2012		
Descrição	Exercício 2012	Exercício 2011
(+) Contribuições	57.964	54.165
(-) Benefícios	(96.213)	(92.443)
(+/-) Rendimentos das Aplicações	126.717	89.387
(=) Recursos Líquidos	88.467	51.109
(+) Outras Receitas Administrativas	694	
(-) Despesas com Administração	(5.045)	(4.548)
(-/+) Formação (Utilização) de Valores em Litígio	(1.337)	(282)
(-/+) Formação (Utilização) dos Comprom. Com Partic. E Assistidos	(86.417)	(33.392)
(-/+) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	(1.013)	(649)
(=) Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(4.651)	12.238

2 - Demonstrativo de Investimentos

No final de 2011, o Fundo Monetário Internacional previa avanço do PIB mundial de 4,0% em 2012, com crescimento de 1,8% nos EUA, 1,1% na Zona do Euro, 9,0% na China e 3,6% no Brasil. Com o passar dos meses, a situação na Zona do Euro foi se mostrando mais

delicada em termos de gravidade das contas públicas na região, e de impacto negativo da austeridade fiscal sobre a dinâmica da atividade.

A maior parte dos países em processo de ajuste de suas finanças passou por agravamento das recessões -

maior do que o imaginado. O processo de reforma da Zona do Euro caminhou apenas lentamente, e foi ficando evidente que a correção dos desequilíbrios entre as diferentes economias do euro é um processo complexo e de solução no longo prazo. O comércio mundial sentiu os efeitos da rápida desaceleração europeia, e as exportações globais passaram de um patamar de avanço superior a 10% em meados de 2011 para pouco mais de 2% para o fim de 2012.

Assim, como resultado, o ano de 2012 terminou com crescimento nas vizinhanças de 2,4% no PIB mundial, 2,0% nos Estados Unidos, -0,5% na Zona do Euro, 7,8% na China e 0,9% no Brasil. A única exceção à regra de performance pior do que o previsto há um ano, neste grupo, ficou com os EUA, que apresentaram um ano de retomada algo mais forte do mercado de trabalho e do mercado imobiliário residencial, com a ajuda não desprezível da continuação das políticas de estímulo monetário do Federal Reserve – o Banco Central local – via volumosas compras de ativos.

Na China, dados positivos no final do ano reduziram de forma relevante o risco de uma parada brusca da atividade.

Especialistas destacam que dificilmente teremos taxas de dois dígitos de crescimento nos próximos anos. Destacam, também, para 2013 um crescimento próximo de 8%, compatível com o objetivo do governo e com o lento, mas já em curso, processo de reestruturação do modelo de crescimento chinês focado em investimentos.

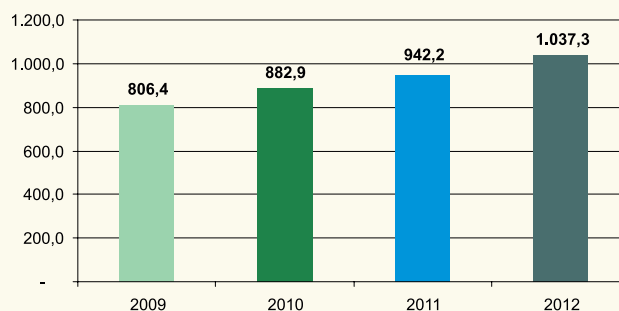
No Brasil, o receio com o ambiente externo altamente incerto ao lado do crescimento do intervencionismo federal na economia levaram a uma drástica redução da resposta da atividade aos pesados estímulos injetados através das políticas fiscal, cambial e monetária. Nem mesmo a redução de 5,25 pontos percentuais no juro bá-

sico (que levou a Taxa Selic de 12,50% em agosto de 2011 para 7,25% no final de 2012) foi capaz de desencadear um processo de crescimento mais intenso. Já os números de inflação permaneceram em patamares elevados, mostrando resistência na convergência para meta de inflação. Ao que parece 2013 será um ano de grandes desafios para o Banco Central, que deverá controlar as crescentes expectativas de inflação ao mesmo tempo em que a atividade apresenta sinais ainda modestos de aceleração, apontam especialistas.

Dentro deste cenário, os recursos de investimentos da Banestes apresentou no exercício findo o saldo de R\$ 1,037 milhões, frente ao saldo observado em 31/12/2011 de R\$ 942 milhões, um crescimento de 10,08% no último ano. A rentabilidade anual do patrimônio atingiu uma taxa 13,58%, enquanto a Meta Atuarial (IGP-DI + 6% de juros ao ano) ficou em 13,67%, impactada pelo resultado do IGP-DI durante o ano (8,11%).

A seguir, apresentamos o gráfico da evolução dos Recursos Garantidores e a distribuição dos investimentos.

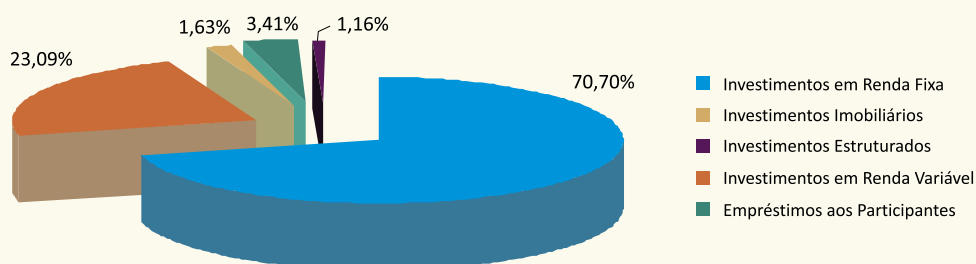
Evolução dos Recursos Garantidores
Em milhões (R\$)



RESUMO DOS INVESTIMENTOS

Discriminação	Posição Contábil		Evolução %
	Dez/12	Dez/11	
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1.037.213.232,60	942.164.071,32	10,09%
Investimentos em Renda Fixa	733.357.673,10	670.433.260,60	9,39%
DPGE	97.981.437,76	98.689.925,71	
Debêntures	9.536.632,64	52.935.360,87	
LFT	82.118.160,45	77.800.179,38	
NTN - C	183.430.210,71	169.887.459,12	
NTN - B	169.318.158,26	158.702.179,39	
Fundos de Investimentos	190.973.073,28	112.418.156,13	69,88%
Investimentos em Renda Variável	239.512.968,78	215.964.969,93	10,90%
Ações Banestes	22.164.550,00	30.657.285,00	
Ações GTD	488.422,00	604.409,00	
Provisão GTD (-)	(220.964,61)	(333.068,38)	
OI PN	16.897,92	22.097,28	
EDP ON	12.152.307,87	13.459.321,50	
Bradesco PN	2.225.663,11	1.945.952,25	
Petrobras PN	6.307.243,84	6.943.784,33	
Vale PNA	9.604.450,00	8.887.700,00	
Fundo de Ações	186.363.098,12	153.353.525,34	
Dividendos à Receber	411.300,53	423.963,61	
Investimentos Estruturados	12.039.744,85	4.035.685,47	198,33%
Fundos de Participações	9.784.200,16	4.035.685,47	
Fundo Imobiliário	2.255.544,69	-	
Investimentos Imobiliários	16.897.393,41	17.004.489,89	-0,63%
Empréstimos aos Participantes	35.405.452,46	34.725.665,43	1,96%

RESUMO GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS



Asset Liability Management - ALM

Nos últimos anos a Baneses tem usado como base para elaboração da Política de Investimentos o estudo de ALM. O Asset Liability Management é o instrumento que permite a definição da política de investimentos, com base na análise das características econômicas e atuariais do Plano de Aposentadoria da Baneses.

O ALM tem sido utilizado como uma ferramenta de gestão atuarial e financeira, indicando a alocação objetivo que maximizaria os resultados da Baneses observando as preferências de retorno e risco adequadas à nossa entidade.

Em 2011, a Baneses realizou um estudo de ALM elaborado por uma empresa de Consultoria, utilizado para a elaboração da alocação objetivo para os segmentos de investimentos da entidade. No entanto, destacamos que o estudo contemplava uma validade de cinco anos, contanto que não houvessem significativas alterações nas premissas atuariais, populacionais e cenários econômicos. No entanto, 2012 foi

um ano altamente conturbado no que concerne à economia como um todo, principalmente nas projeções quanto à economia domésticas. Por um lado, o cenário internacional apresentava uma condição instável, com a crise na zona do euro sem previsões de resolução.

Considerando o disposto anteriormente, sugerimos a realização de um novo ALM, contemplando projeções de cenários econômicos mais compatíveis com a realidade atual. Com isso, para a revisão da Política de Investimentos 2013, realizamos, junto com a RiskOffice Consultoria Financeira Ltda, ao final de 2012, um novo estudo de ALM, tendo em vista as transformações ocorridas no cenário econômico e atuarial. Assim, a partir do estudo de ALM Estocástico foi definida a alocação ótima dos investimentos em consonância com as necessidades do plano.

Para maiores informações do estudo de ALM utilizado podem ser observadas no Anexo III, da Política de Investimento, disponível no site da Baneses.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

FUNDO	CNPJ	Saldo Contábil	% do PL do fundo	% dos R.G.R.T
Renda Fixa		119.593.435,51		11,53%
BANESTES INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA	05.357.507/0001-10	R\$ 11.745.793,47	4,72%	1,13%
BRADESCO IMA-B FI RENDA FIXA	08.702.798/0001-25	R\$ 6.996.959,70	0,24%	0,67%
ICATU VANGUARDA IPCGOLD FI RENDA FIXA	04.501.865/0001-92	R\$ 6.242.443,77	1,39%	0,60%
ICATU VANGUARDA REAL FI RENDA FIXA	07.539.298/0001-51	R\$ 4.151.821,73	3,77%	0,40%
JMALUCELLI EXECUTIVO FI RENDA FIXA	09.814.233/0001-00	R\$ 9.532.233,68	4,55%	0,92%
MERCATTO TOP FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	10.756.541/0001-06	R\$ 5.907.150,05	1,97%	0,57%
RIO BRAVO FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.024.347/0001-50	R\$ 9.155.565,60	2,95%	0,88%
SUL AMÉRICA ATIVO FI RENDA FIXA LP	04.621.721/0001-70	R\$ 5.118.315,95	4,18%	0,49%
SUL AMÉRICA EXCELLENCE FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	04.899.128/0001-90	R\$ 14.004.254,71	1,34%	1,35%
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	09.326.708/0001-01	R\$ 6.418.130,35	0,78%	0,62%
VOTORANTIM INFLATION FIC RENDA FIXA	09.344.799/0001-08	R\$ 13.187.086,29	1,78%	1,27%
VOTORANTIM INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	06.866.051/0001-87	R\$ 17.452.771,15	2,29%	1,68%
XP INVESTOR FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO LP	11.046.179/0001-34	R\$ 9.680.909,06	4,06%	0,93%
FIDC		8.901.134,90		0,86%
PLURAL CAPITAL FORNECEDORES PETROBRAS FIDC SÊNIOR	12.940.971/0001-09	R\$ 8.901.134,90	1,64%	0,86%
Multimercado		62.478.502,87		6,02%
BNY MELLON ARX TARGET FI MULTIMERCADO	09.051.375/0001-55	R\$ 10.181.416,29	2,81%	0,98%
BNY MELLON ARX TARGET PLUS FI MULTIMERCADO	03.369.187/0001-93	R\$ 9.598.668,23	4,03%	0,93%

FUNDOS DE INVESTIMENTOS				
FUNDO	CNPJ	Saldo Contábil	% do PL do fundo	% dos R.G.R.T
CLARITAS INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	10.705.335/0001-69	R\$ 16.915.633,51	4,38%	1,63%
GAP INSTITUCIONAL FI MULTIMERCADO	05.849.317/0001-10	R\$ 2.073.972,35	3,19%	0,20%
IB INSTITUCIONAL ACTIVE FIX FI MULTIMERCADO	04.764.174/0001-81	R\$ 14.394.357,43	0,90%	1,39%
PLURAL CAPITAL INSTITUCIONAL FIC MULTIMERCADO	11.628.865/0001-13	R\$ 9.314.455,06	3,86%	0,90%
Ações		186.363.098,11		17,97%
BBM SMID CAPS FIC AÇÕES	08.892.340/0001-86	R\$ 9.837.689,06	6,12%	0,95%
BRADERCO DIVIDENDOS FI AÇÕES	06.916.384/0001-73	R\$ 12.674.324,06	1,82%	1,22%
BRADERCO INFRA-ESTRUTURA FI AÇÕES	08.258.441/0001-08	R\$ 17.836.745,73	7,60%	1,72%
BRADERCO SMALL CAP PLUS FI AÇÕES	06.988.623/0001-09	R\$ 19.017.447,96	4,71%	1,83%
BRZ VALOR FIC AÇÕES	07.124.064/0001-43	R\$ 4.218.066,06	1,85%	0,41%
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	11.977.794/0001-64	R\$ 14.858.227,34	2,76%	1,43%
BTG PACTUAL DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.290.813/0001-38	R\$ 12.463.164,54	1,64%	1,20%
CLARITAS VALOR FI AÇÕES	11.357.735/0001-93	R\$ 7.705.025,55	5,81%	0,74%
FRANKLIN TEMPLETON VALOR E FVL FI AÇÕES	02.895.694/0001-06	R\$ 4.344.027,50	2,49%	0,42%
GUEPARDO INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	08.830.947/0001-31	R\$ 16.641.353,00	4,09%	1,60%
IB ITAÚ SMALL CAP VALUATION FI AÇÕES	01.063.897/0001-65	R\$ 13.765.223,42	5,96%	1,33%
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FI AÇÕES	08.279.304/0001-41	R\$ 5.897.796,90	4,74%	0,57%
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	02.887.290/0001-62	R\$ 12.631.133,01	3,51%	1,22%
JMALUCELLI MARLIM DIVIDENDOS FI AÇÕES	09.599.346/0001-22	R\$ 11.846.986,74	4,67%	1,14%
QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.392.165/0001-72	R\$ 2.084.760,33	2,18%	0,20%
SAFRA SETORIAL ENERGIA FI AÇÕES	02.097.256/0001-94	R\$ 1.899.797,89	9,83%	0,18%
STUDIO FIC AÇÕES	11.225.767/0001-35	R\$ 14.804.827,42	4,13%	1,43%
SUL AMÉRICA TOTAL RETURN FI AÇÕES	11.458.144/0001-02	R\$ 3.836.501,60	2,37%	0,37%
Participações		9.784.200,16		0,94%
LACAN FLORESTAL FIP	13.812.224/0001-40	R\$ 385.874,83		0,04%
RIO BRAVO ENERGIA I - FIP	12.188.161/0001-30	R\$ 9.398.325,33		0,91%
Imobiliário		2.255.544,68		0,22%
CLARITAS LOGÍSTICA I FII	97.521.194/0001-02	R\$ 2.255.544,68		0,22%
Total		389.375.916,23		37,54%

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Cumprindo os limites estabelecidos na Legislação e na Política de Investimentos, os nossos investimentos apresentaram no fim do exercício de 2012 a composição abaixo:

Acompanhe o Resumo Explicativo para cada Investimento:

Renda Fixa

A Baneses manteve-se seletiva em seus investimentos, buscando aqueles com maiores retornos em Renda Fixa, com o intuito de atingir sua meta atuarial, optando por aplicações em fundos de investimentos renda fixa e multimercado, além, de fundos de renda fixa diferenciados, que são os casos de fundo que aplica seus recursos em Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e outro que aplica os recursos em cotas de fundos de investimentos que adotem como estratégia de investimento a aquisição de direitos creditórios – FIDC. A carteira de renda fixa, composta de 65,31% em títulos federais e 34,69% em títulos privados e fundos de investimentos, encerrou o exercício de 2012 com o montante de R\$ 731 milhões, apresentando assim um aumento de 9,10% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2011. Nes-

se período, alcançou uma rentabilidade, medida pela TIR, de 14,06%, representando 165,71% do Selic e superando a Meta Atuarial. Tendo em vista o vencimento de debênture, ocorrido em agosto/2012, os recursos foram alocados em fundos de investimentos de renda fixa e multimercado. As aplicações em fundos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2012, o saldo de R\$ 190 milhões, apresentando assim um aumento em relação ao saldo apurado no encerramento de 2011 que era de R\$ 112 milhões.

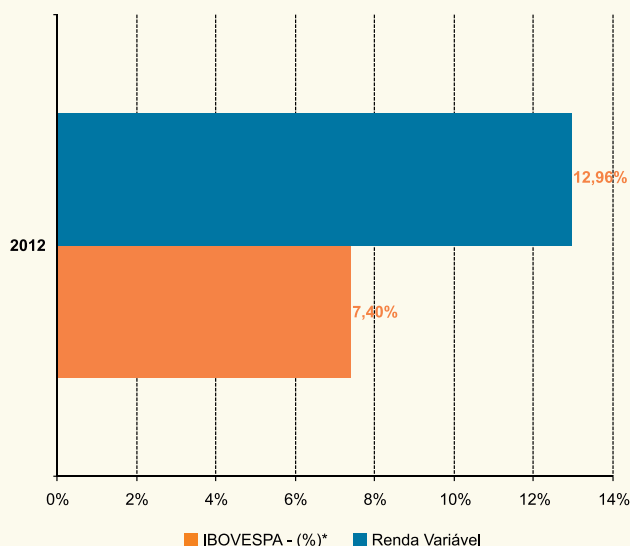
Renda Variável

As aplicações em ativos de Renda Variável apresentaram, no final do exercício de 2012, o saldo de R\$ 241 milhões, sendo aproximadamente R\$ 55 milhões sob gestão própria e R\$ 186 milhões em gestão terceirizada em fundos abertos de ações. A carteira apresentou um aumento de 12,09% em relação ao saldo apurado no encerramento de 2011. No ano, o desempenho acumulado nesta carteira atingiu um ganho de 12,96%, resultado superior ao Ibovespa que registrou uma variação de 7,40% no ano.

Desde 2010 a Baneses vem utilizando o rebalanceamento periódico dos fundos abertos de ações, com a otimização de carteira via “fronteira eficiente”, além de estratégias, a partir de estudos realizados, de investimentos e desinvesti-

timentos. Assim, os fundos de ações apresentaram uma rentabilidade positiva de 21,53% em 2012, ou seja, a nossa estratégia de fundos de ações ganhou 14,13% em relação ao Ibovespa e 9,99% em relação ao índice IBrX.

Rentabilidade de Renda Variável x IBOVESPA - 2012



Investimentos Estruturados

A carteira de investimentos estruturados iniciou o ano de 2012 composta apenas pelo fundo Rio Bravo Energia I FIP. Entretanto, no decorrer do ano, além, de aumentarmos posição no fundo Rio Bravo, efetuamos, também, investimentos em mais dois novos fundos, são eles: Lacan Florestal Fundo de Investimentos em Participações que tem como estratégia proporcionar arrendamento de terras para plantio de florestas e posteriormente desinvestir entre as indústrias de celulose, carvão e serraria. Outro fundo é o Claritas Logística Fundo de Investimento Imobiliário que tem como objetivo investir em empreendimentos imobiliários voltados primordialmente para operações logísticas e/ou de distribuição. Todos buscando rentabilidade alvo e IPCA + juros de 9% a 10% ao ano. No que tange a compromissos futuros, aprovamos durante o ano investimentos em fundo de shopping center e infraestrutura. O recurso de investimentos estruturados da Baneses apresentou no exercício findo o saldo de R\$ 12 milhões.

Imóveis

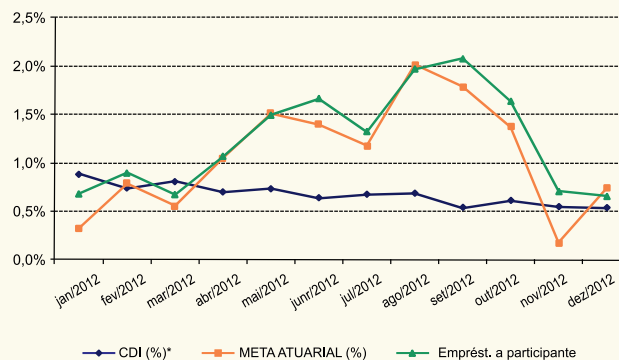
O saldo da carteira de investimentos em imóveis totalizou R\$ 16,8 milhões, representando 1,63% dos investimentos da BANESES e alcançou o rendimento anual de 9,17%, equivalente a 108,15% do Selic.

Empréstimo a Participantes

O saldo apresentado ao final do ano de 2012 de empréstimos a participantes foi de R\$ 35,4 milhões, composto por 2.207 contratos ativos equivalente a 3,41% dos investimentos

da Baneses. A rentabilidade apresentada pelo segmento de empréstimos foi de 15,89%, equivalente a 187,25% do Selic e 116,25% da Meta Atuarial.

Rentabilidade dos Empréstimos, Meta Atuarial e CDI



Contrato para Cobertura do Passivo Atuarial

O contrato para cobertura do passivo atuarial, firmado com o Governo do Estado no ano de 1998, por ocasião do processo de saneamento do Banestes S/A, cuja remuneração é IGP-DI + 6,00% a.a. (equivalente à Meta Atuarial), apresentou ao final do exercício de 2012 um saldo de R\$ 222.157.224,56.

Considerações Finais

Com um cenário econômico de constante mudança e instabilidade, com a taxa de juros em queda, a Baneses, como os demais fundos de pensão, teve dificuldades em 2012 para manter a rentabilidade de seu plano dentro da meta atuarial exigida.

Mesmo diante de uma conjuntura desfavorável, consideramos que os resultados obtidos com os investimentos da Baneses em 2012, foram positivos. Atingimos uma boa performance nos investimentos em renda fixa, principalmente aos papéis indexados aos índices de inflação, durante o ano. No segmento renda variável, mesmo o resultado positivo do Ibovespa no ano em 7,40%, a carteira rentabilizou 12,96% no mesmo período, resultado, este, atingido devido a nossa estratégia de otimização da carteira em fundos abertos de ações. Assim, com rentabilidade do patrimônio em 13,58%, a Baneses ficou próxima em atingir a meta atuarial (IGP-DI + 6% a.a.) de 13,67%.

Para o exercício de 2013 é necessária atenção redobrada sobre o ambiente externo altamente incerto e sobre o Brasil, um ano com grandes desafios, principalmente, para controlar as expectativas de inflação. Com isso, o desafio continuará sendo o cumprimento da meta atuarial diante do novo patamar de juros da economia brasileira, com intuito de rentabilizar nossos investimentos para garantir que os nossos participantes recebam seus benefícios prometidos, corrigidos pela inflação, sem comprometer o equilíbrio da carteira.

3 - Programa de Investimentos

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE INVESTIMENTOS

Discriminação	Posição Contábil / Participação (%)			
	dez/12	(%)	dez/11	(%)
Total dos Investimentos	1.037.213.232,60	100,00%	942.164.071,32	100,00%
Investimentos em Renda Fixa	733.357.673,10	70,70%	670.433.260,60	71,16%
Investimentos em Renda Variável	239.512.968,78	23,09%	215.964.969,93	22,92%
Investimentos Estruturados	12.039.744,85	1,16%	4.035.685,47	0,43%
Investimentos Imobiliários	16.897.393,41	1,63%	17.004.489,89	1,80%
Empréstimos aos Participantes	35.405.452,46	3,41%	34.725.665,43	3,69%

DEMONSTRATIVO DE ÍNDICES - 2012

Índices	Jan 2012	Fev 2012	Mar 2012	Abr 2012	Mai 2012	Jun 2012	Jul 2012	Ago 2012	Set 2012	Out 2012	Nov 2012	Dez 2012	Acumulado		
													1º Sem.	2º Sem.	No Ano
IBOVESPA - (%) *	11,13%	4,34%	-1,98%	-4,17%	-11,86%	-0,25%	3,21%	1,72%	3,70%	-3,56%	0,71%	6,05%	-4,23%	12,14%	7,40%
CDI (%) *	0,89%	0,74%	0,81%	0,70%	0,73%	0,64%	0,68%	0,69%	0,54%	0,61%	0,54%	0,53%	4,59%	3,64%	8,40%
META ATUARIAL (%)	0,33%	0,79%	0,56%	1,05%	1,51%	1,40%	1,18%	2,01%	1,78%	1,37%	0,18%	0,74%	5,76%	7,47%	13,67%

Fonte: Quantum Axis.

DEMONSTRATIVO DA RENTABILIDADE DA BANESES - 2012

(Medida pela TIR)

Segmento	Jan 2012	Fev 2012	Mar 2012	Abr 2012	Mai 2012	Jun 2012	Jul 2012	Ago 2012	Set 2012	Out 2012	Nov 2012	Dez 2012	Acumulado			
													No ano			
	Taxa	Relação com o CDI	C/ relação à Meta Atuarial	Relação com o Ibovespa												
Renda Fixa	1,05%	0,86%	1,06%	1,26%	1,35%	0,90%	1,39%	1,37%	1,03%	1,06%	0,80%	1,10%	14,06%	167,36%	102,88%	-
Renda Variável	5,55%	4,89%	1,22%	-0,79%	-6,74%	1,94%	3,67%	-2,80%	0,32%	0,12%	0,76%	4,78%	12,96%	-	94,81%	175,16%
Investimentos Estruturados	-0,10%	-0,17%	0,45%	0,38%	-0,41%	-0,22%	0,05%	0,06%	0,06%	0,18%	-0,22%	0,20%	0,26%	3,14%	1,93%	3,57%
Imóveis	0,73%	0,72%	0,70%	0,72%	0,72%	0,73%	0,66%	0,72%	0,75%	0,79%	0,79%	0,78%	9,17%	109,22%	67,14%	-
Emprést. a participante	0,68%	0,90%	0,67%	1,07%	1,49%	1,67%	1,33%	1,97%	2,08%	1,64%	0,70%	0,65%	15,89%	189,11%	116,25%	-
Rentabilidade do Patrimônio	1,71%	1,60%	0,99%	0,83%	-0,22%	1,02%	1,75%	0,69%	1,12%	0,95%	0,67%	1,71%	13,58%	161,67%	99,38%	-

COMPARATIVO COM O ANO ANTERIOR

Eventos	2012	2011
IBOVESPA - (%)	7,40	-18,11
CDI (%)	8,40	11,64
META ATUARIAL (%)	13,67	11,92
Renda Fixa (%)	14,06	13,96
Renda Variável (%)	12,96	-3,25
Investimentos Estruturados (%)	0,26	-2,10
Imóveis (%)	9,17	56,39
Emprést. a participante (%)	15,89	15,01
Rentabilidade do Patrimônio (%)	13,58	10,63

LIMITES OPERACIONAIS - BASE: Resolução CMN nº 3.792 de 24.09.2009.

(posição com base no fechamento de dezembro de 2012)

- PATRIMÔNIO DA BANESES	
ATIVO TOTAL - SALDO DA ctª 1000.00.00.0.....	1.270.597.773,98
(-) Exigível operacional - SALDO DA ctª 2100.00.00.0.....	-2.373.833,11
(-) Exigível contingencial - SALDO DA ctª 2200.00.00.0.....	-7.405.583,92
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	1.260.818.356,95
- TOTAL DE INVESTIMENTOS.....	1.037.434.197,22
(-) Constituição de provisão para ações GTD - SALDO DA ctª 1233.02.01.04.....	-220.964,61
(+ / -) Disponível / Valores a Receber / Pagar.....	113.744,63
- RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS (RGRT).....	1.037.326.977,24

Segmentos	Enquadramento	Limite (% dos RGRT)	Alocação	(%) RGRT	(%) PL
RENDA FIXA	OK	100,0%	731.238.001,23	70,49%	58,00%
Títulos Federais	OK	100,0%	477.602.500,66	46,04%	37,88%
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	OK	100,0%	82.118.160,45	7,92%	6,51%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	OK	100,0%	352.748.368,97	34,01%	27,98%
Títulos Públicos - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	100,0%	42.735.971,24	4,12%	3,39%
Ativos de Renda Fixa	OK	80,0%	134.042.065,05	12,92%	10,63%
Debêntures - Carteira Própria	OK	80,0%	9.536.632,64	0,92%	0,76%
Debêntures - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	80,0%	2.880.223,17	0,28%	0,23%
CDB	OK	20,0%	0,00	0,00%	0,00%
CDB, CCB - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	20,0%	2.659.366,88	0,26%	0,21%
DPGE - Depósito à Prazo com Garantia Especial	OK	20,0%	97.981.437,77	9,45%	7,77%
Outras Operações de Renda Fixa	OK	20,0%	12.083.269,69	1,16%	0,96%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	OK	20,0%	8.901.134,90	0,86%	0,71%
FIDC Plural Capital Fornecedores Petrobras	OK	10,0%	8.901.134,90	0,86%	0,71%
Fundos de Investimentos Financeiros	OK	100,0%	119.593.435,53	11,53%	9,49%
FI Crédito Privado	OK	100,0%	56.200.650,57	5,42%	4,46%
FI Renda Fixa	OK	20,0%	63.392.784,96	6,11%	5,03%
ESTRUTURADO	OK	20,0%	12.039.744,86	1,16%	0,95%
Fundos de Investimentos Imobiliários	OK	10,0%	2.255.544,68	0,22%	0,18%
Claritas Logística FII	OK	10,0%	2.255.544,68	0,22%	0,18%
Fundos de Investimentos em Participações	OK	10,0%	9.784.200,18	0,94%	0,78%
Lacan Florestal FIP	OK	10,0%	385.874,83	0,04%	0,03%
Rio Bravo Energia I FIP	OK	10,0%	9.398.325,35	0,91%	0,75%
RENDA VARIÁVEL	OK	70,0%	241.849.611,73	23,31%	19,18%
Ações GTD	OK	10,0%	488.422,00	0,05%	0,04%
ON	OK	10,0%	378.818,00	0,04%	0,03%
PN	OK	10,0%	109.604,00	0,01%	0,01%
Ações BANESTES	OK	10,0%	22.164.550,00	2,14%	1,76%
ON	OK	10,0%	12.800.160,00	1,23%	1,02%
PN	OK	10,0%	9.364.390,00	0,90%	0,74%
OIPN	OK	10,0%	16.897,92	0,00%	0,00%
ENBR ON	OK	10,0%	12.152.307,87	1,17%	0,96%
BRADESCO PN	OK	10,0%	2.225.663,11	0,21%	0,18%
PETROBRAS PN	OK	10,0%	6.307.243,84	0,61%	0,50%
VALE PNA	OK	10,0%	9.604.450,00	0,93%	0,76%
FUNDOS DE AÇÕES	OK	35,0%	186.363.098,12	17,97%	14,78%
Ações/Opcões - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	35,0%	2.115.678,34	0,20%	0,17%
Dividendos à Receber			411.300,53	0,04%	0,03%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	OK	10,0%	3.993,53	0,00%	0,00%
Investimentos no exterior - Aplicação Indireta Multimercado Institucional	OK	10,0%	3.993,53	0,00%	0,00%
IMÓVEIS	OK	8,0%	16.897.393,41	1,63%	1,34%
Máx. 8,00%	OK	8,0%	16.897.393,41	1,63%	1,34%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	OK	15,0%	35.405.452,46	3,41%	2,81%
Empréstimos	OK	15,0%	35.405.452,46	3,41%	2,81%
TOTAL	-	-	1.037.434.197,22	-	82,28%
OPERAÇÕES COM O BANESTES	OK	10,0%	22.164.550,00	2,14%	1,76%
Ações BANESTES	OK	10,0%	22.164.550,00	2,14%	1,76%

OBSERVAÇÕES:

01 - As aplicações em Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais foram abertas e classificadas de acordo com a resolução 3.792;

02 - Os critérios adotados para a classificação dos ativos incluídos nas carteiras de Fundos Multimercados Institucionais estão destacados no Relatório Gerencial;

03 - As aplicações indiretas em Ações e Derivativos, via Fundos de Investimentos Multimercados Institucionais, foram classificadas no segmento de Renda Variável;

04 - As diferenças percentuais observadas no quadro acima em relação à composição da carteira, são decorrentes de adequações aos critérios estabelecidos na resolução 3.792.

4 - Informações referentes à Política de Investimentos

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, Art. 5º, subitem IV, apresentamos, a seguir, informações resumidas sobre a política de Investimentos do Plano de Benefícios e a do Plano de Gestão Administrativa referentes o período entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

4.1 - Plano de Benefícios

Principais características do Plano:

Tipo: Contribuição Variável (CV)

Cadastro Nacional de Plano de Benefício (CNPB): 1998001229

Meta de Rentabilidade: IGP-DI + 6% ao ano

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ): Fernando Valli Cardoso

Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB): Deosdete José Lorenção

Período de Referência: Janeiro de 2013 a Dezembro de 2013

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a BANESES poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	67,5%	30%	100%
Renda Variável	70%	23,7%	0%	40%
Investimentos Estruturados	20%	3,5%	0%	10%
Investimentos no Exterior	10%	0,0%	0%	1%
Imóveis	8%	1,7%	0%	4%
Operações com Participantes	15%	3,6%	0%	15%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Investimentos Estruturados	IGP-DI + 6% a.a.	IGP-DI + 8,5% a.a.
Investimentos no Exterior	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.
Imóveis	IGP-DI + 6% a.a.	IGP-DI + 6% a.a.
Operações com Participantes	IGP-DI + 6% a.a.	IGP-DI + 8,1% a.a.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários de um mesmo emissor - conforme estabelecido pelo §1º, art. 41, de resolução CMN nº 3.792 - devem respeitar os seguintes limites:

ALOCAÇÃO POR EMISSOR (% DOS RGRT)	
Emissor	PI Baneses
Companhias com controle majoritário do Governo Federal	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	5%
Tesouro estadual ou municipal	5%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	5%
Organismo multilateral	5%
Companhia securitizadora	5%

Os investimentos com volume financeiro até 2% (dois por cento) dos recursos garantidores, acumulado a cada mês por modalidade de investimentos, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela a seguir:

LIMITES DE ALÇADA	
Carteira Própria	Órgão Competente
Títulos públicos federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Conselho Deliberativo
Títulos públicos federais com prazo de até 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Debêntures	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Títulos de Renda Fixa	Conselho Deliberativo
Empréstimos de Ações	Conselho Deliberativo
Aquisição de Ações	Conselho Deliberativo
Parcerias Público-Privadas	Conselho Deliberativo
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo
Carteira Própria	Órgão Competente
Fundos de Investimento de Renda Fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado não-Institucionais	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Ações (FIA)	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos no Exterior	Conselho Deliberativo
Fundos de Investimentos Imobiliários	Conselho Deliberativo
Fundos de Participações	Conselho Deliberativo

A gestão dos Fundos de Investimentos em Ações (FIA) deverá seguir os critérios definidos pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, em seus respectivos processos de execução, baseada na metodologia de otimização de carteiras e seguindo os limites objetivo para aplicações e resgates, conforme as barreiras superiores e inferiores definidas. As movimentações deverão ser aprovadas pela Diretoria Executiva, conforme limites de alçadas definidos por esta Política de Investimentos.

No que tange à organização de seus investimentos, baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a BANESES adota a estrutura gerencial de mandatos para o monitoramento de seus investimentos. A tabela a seguir apresenta a estrutura de mandatos adotada, com seus respectivos *benchmarks*.

MANDATOS	
Mandato	Benchmark
Carteira Renda Fixa	IGP-DI + 6% a.a
Carteira Renda Variável	IBrX
Fundos de Renda Fixa	SELIC
Fundos Renda Fixa Índices	IMA-B
Fundos Ibovespa	Ibovespa
Fundos IBr-X	IBrX
Fundos de Ações de Estratégia Diferenciada	IBrX
Multimercado não Institucional	IFM
Multimercado Institucional	IFM-I

GESTÃO DOS RECURSOS
Tipo de Administração dos Recursos: Mista (interna e externa) Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos: Semestral
Critérios de Contratação de Gestores: Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.
Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.
A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

Risco de Mercado	Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.
Risco de Liquidez	Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.
Risco de Crédito	Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.
Risco Legal	Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.
Risco Operacional	Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

APROVAÇÃO DA POLÍTICA PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 31 de dezembro de 2012
Ata CD: Livro 39 / Página 10.

4.2 - Plano de Gestão Administrativa

Principais características do Plano:

Período de Referência: Janeiro de 2013 a Dezembro de 2013

A tabela a seguir mostra a alocação-objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.792, e eventuais sub-segmentos em que a BANESES poderá manter aplicações:

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	100%	90%	100%
Renda Variável	70%	0%	0%	10%

A alocação-objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração da Política de Investimentos. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Abaixo apresentamos os índices de referência e metas de rentabilidade definidos para cada segmento de aplicação:

ÍNDICES DE REFERÊNCIA E METAS DE RENTABILIDADE		
Segmento	Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC	IGP-DI + 6% a.a.
Renda Variável	IBrX	IGP-DI + 9% a.a.

Os investimentos com volume financeiro até 20% (vinte por cento) dos recursos do PGA, acumulado a cada mês por modalidade de investimento, estarão sujeitos à aprovação prévia dos órgãos competentes, conforme tabela abaixo:

LIMITES DE ALÇADA	
Modalidade de Investimento	Órgão Competente
Títulos Públicos Federais com prazo superior a 10 anos para o vencimento	Diretoria Executiva
Títulos de Emissão de Instituições Financeiras	Diretoria Executiva
Fundos de Crédito	Diretoria Executiva
Fundos de Investimento de Renda fixa	Diretoria Executiva
Fundos Multimercado Institucionais	Diretoria Executiva
Outros Investimentos	Conselho Deliberativo

GESTÃO DOS RECURSOS
Tipo de Administração dos Recursos: Mista (interna e externa) Periodicidade de Avaliação dos Gestores Externos: Semestral
Crítérios de Contratação de Gestores: Capacitação Técnica, Estrutura de Suporte e de Controle, Rentabilidade Histórica Auferida, Riscos Incorridos, Custos, Total de Recursos Administrados e Histórico da Empresa e dos Controladores.
Nas ocasiões em que a BANESES alocar recursos em fundos de investimento exclusivos, será realizado o acompanhamento da adequação dos mandatos destinados aos gestores quanto aos limites de investimento em cada segmento disponível, quanto à exposição, aos fatores de risco, incorrida pela Fundação, quanto aos ativos elegíveis e quanto aos limites de VaR (Value at Risk) incorridos pela BANESES.
A BANESES faz o acompanhamento das estratégias formuladas e dos desempenhos.

CONTROLE DE RISCOS

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, "Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco", da Resolução CMN nº 3792, a política de riscos, da BANESES, estabelece quais são os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

A política de riscos disciplina, ainda, o controle de riscos referente ao monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792 e pela política de investimento da BANESES.

A BANESES monitora e controla os riscos abaixo, através da prestação de serviço de empresas de consultoria e/ou sistemas de controles internos.

Risco de Mercado	Risco de Mercado depende do comportamento do preço do ativo diante das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado é importante identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.
Risco de Liquidez	Decorre da incapacidade de honrar os compromissos assumidos, resultante do desequilíbrio de caixa gerado pelo descasamento dos prazos de vencimentos das operações ativas e passivas.
Risco de Crédito	Risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. As perdas podem estar relacionadas à recursos que não mais serão recebidos.
Risco Legal	Risco legal está relacionado a possíveis perdas quando um contrato não pode ser legalmente amparado. Pode-se incluir aqui riscos de perdas por documentação insuficiente, insolvência, ilegalidade, falta de representatividade e/ou autoridade por parte de um negociador, etc.
Risco Operacional	Risco operacional está relacionado a possíveis perdas como resultado de sistemas e/ou controles inadequados, falhas de gerenciamento e erros humanos.

RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

APROVAÇÃO DA POLÍTICA PELO CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 31 de dezembro de 2012
Ata CD: Livro 39 / Página 10.

5 - Demonstração Patrimonial e Notas Explicativas

(R\$ mil)

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
DISPONÍVEL	137	74	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.374	2.192
REALIZÁVEL	1.268.796	1.184.818	Gestão Previdencial	1.716	1.805
Gestão Previdencial	231.366	242.471	Gestão Administrativa	634	368
Gestão Administrativa	217	184	Investimentos	24	19
Investimentos	1.037.213	942.163	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.406	6.014
Títulos Públicos	434.867	406.390	Gestão Previdencial	7.406	6.014
Créditos Privados e Depósitos	107.518	151.625	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.260.818	1.178.038
Ações	53.150	62.611	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.240.580	1.158.814
Fundos de Investimentos	389.376	269.807	Provisões Matemáticas	1.229.134	1.142.716
Investimentos Imobiliários	16.897	17.004	Benefícios Concedidos	857.008	820.972
Empréstimos	35.405	34.726	Benefícios a Conceder	372.126	321.744
PERMANENTE	1.665	1.352	Equilíbrio Técnico	11.446	16.097
Imobilizado	270	187	Resultados Realizados	11.446	16.097
Intangível	1.395	1.165	Superávit Técnico Acumulado	11.446	16.097
			Fundos	20.238	19.224
			Fundos Previdenciais	3.851	3.420
			Fundos Administrativos	16.387	15.804
TOTAL DO ATIVO	1.270.598	1.186.244	TOTAL DO PASSIVO	1.270.598	1.186.244

(R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.178.038	1.131.760	4,09
1. Adições	185.374	143.551	29,13
(+) Contribuições Previdenciais	56.339	52.660	6,99
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	123.408	86.005	43,49
(+) Receitas Administrativas	4.322	3.273	32,03
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.305	1.613	(19,11)
2. Destinações	(102.594)	(97.273)	5,47
(-) Benefícios	(96.213)	(92.443)	4,08
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.337)	(282)	373,51
(-) Despesas Administrativas	(5.044)	(4.548)	10,92
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	82.780	46.278	78,88
(+/-) Provisões Matemáticas	86.417	33.392	158,80
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.651)	12.238	(138,00)
(+/-) Fundos Previdenciais	431	310	38,86
(+/-) Fundos Administrativos	583	338	72,70
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.260.818	1.178.038	7,03

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	1.240.580	1.158.814	7,06
1. Provisões Matemáticas	1.229.134	1.142.717	7,56
1.1 Benefícios Concedidos	857.008	820.972	4,39
Benefício Definido	857.008	820.972	4,39
1.2 Benefícios a Conceder	372.126	321.744	15,66
Contribuição Definida	333.993	287.547	16,15
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	146.059	125.660	16,23
Saldo de Contas - parcela participantes	187.934	161.887	16,09
Benefício Definido	38.133	34.197	11,51
2. Equilíbrio Técnico	11.446	16.097	(28,90)
2.1 Resultados Realizados	11.446	16.097	(28,90)
Superávit técnico acumulado	11.446	16.097	(28,90)
Reserva de contingência	11.446	16.097	(28,90)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (Facultativo)			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	15.804	15.466	2,19
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.627	4.886	15,17
1.1 Receitas	5.627	4.886	15,17
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.625	1.505	7,96
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.003	1.768	13,27
Resultado Positivo dos Investimentos	1.305	1.613	(19,11)
Outras Receitas	694	-	-
2. Despesas Administrativas	(5.044)	(4.548)	10,91
2.1 Administração Previdencial	(3.041)	(2.780)	9,40
Pessoal e encargos	(1.904)	(1.657)	14,92
Treinamentos/congressos e seminários	(22)	(24)	(8,33)
Viagens e estadias	(32)	(28)	14,29
Serviços de terceiros	(568)	(553)	2,71
Despesas gerais	(294)	(304)	(3,29)
Depreciações e amortizações	(39)	(41)	(4,88)
Outras despesas	(182)	(173)	5,20
2.2 Administração dos Investimentos	(2.003)	(1.768)	13,27
Pessoal e encargos	(1.345)	(1.121)	19,96
Treinamentos/congressos e seminários	(22)	(29)	(24,14)
Viagens e estadias	(34)	(35)	(2,86)
Serviços de terceiros	(287)	(279)	(2,87)
Despesas gerais	(168)	(162)	3,70
Depreciações e amortizações	(26)	(28)	(7,14)
Outras despesas	(121)	(114)	6,14
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	583	338	72,49
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	583	338	72,49
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	16.387	15.804	3,67

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - Início do exercício	1.162.234	1.116.294	4,12
1. Adições	181.372	140.170	29,39
(+) Contribuições	57.964	54.165	7,01
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	123.408	86.005	43,49
2. Destinações	(99.175)	(94.230)	5,25
(-) Benefícios	(96.213)	(92.443)	4,08
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.337)	(282)	373,11
(-) Custeio Administrativo	(1.625)	(1.505)	7,96
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	82.197	45.940	83,28
(+/-) Provisões Matemáticas	86.417	33.392	164,78
(+/-) Fundos Previdenciais	431	310	39,03
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.651)	12.238	(138,00)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.244.431	1.162.234	7,24
C) Fundos não previdenciais	16.387	15.804	3,69
(+/-) Fundos Administrativos	16.387	15.804	3,69

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO II DE BENEFÍCIOS			
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	1.269.964	1.185.876	7,09
Disponível	18	49	(63,07)
Recebível	247.753	258.275	(4,07)
Investimento	1.022.193	927.552	10,20
Títulos Públicos	421.129	392.577	7,27
Créditos Privados e Depósitos	107.518	151.625	(29,09)
Ações	53.150	62.611	(15,11)
Fundos de Investimento	388.094	269.009	44,27
Investimentos Imobiliários	16.897	17.004	(0,63)
Empréstimos	35.405	34.726	1,96
2. Obrigações	9.146	7.838	16,69
Operacional	1.740	1.824	(4,60)
Contingencial	7.406	6.014	23,15
3. Fundos não Previdenciais	16.387	15.804	3,69
Fundos Administrativos	16.387	15.804	3,69
4. Ativo Líquido (1-2-3)	1.244.431	1.162.234	7,07
Provisões Matemáticas	1.229.134	1.142.716	7,56
Superávit/Déficit Técnico	11.446	16.097	(28,90)
Fundos Previdenciais	3.851	3.420	9,97

Jussara Gonçalves Vieira
Diretora Superintendente
CPF: 474.853.707-82

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

Deosdete José Lorenção
Diretor de Seguridade
CPF: 148.583.557-72

Neusimar Nunes Gobbi
Contadora CRC ES 007791/0-5
CPF: 621.678.987-20

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES é entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado. Foi instituída em 11 de julho de 1972, tendo atualmente como Patrocinadores, o BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda., Banestes Clube de Seguros e a Fundação Banestes. A BANESES segue as normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social e Conselho Monetário Nacional.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a BANESES tem como objetivo instituir planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Os recursos de que a Fundação Banestes de Seguridade Social dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de seus Patrocinadores, Participantes e Assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

À partir de 01/05/1998, a BANESES implantou um novo plano, denominado Plano II de Aposentadoria, permitindo que aqueles que participavam do Plano I de Aposentadoria se transferissem para o Plano II de Aposentadoria. Durante o período em que foi possibilitada essa transferência, todos os participantes do Plano I (Ativos e Assistidos) optaram por se filiar ao novo Plano (Plano II de Aposentadoria).

Os benefícios do Plano II de Aposentadoria são custeados através de contribuições mensais dos participantes ativos e das patrocinadoras, em alíquotas a partir de 3%, incidentes sobre as remunerações recebidas pelos participantes. A contribuição normal das patrocinadoras é paritária às contribuições dos participantes, limitada à contribuição de 7%. O Plano II é custeado também através de contribuições mensais dos assistidos, incidentes sobre o valor dos benefícios originados das reservas constituídas no Plano I, em alíquotas progressivas de acordo com a tabela atualizada em setembro de cada ano, com percentual mínimo de 10% (não aplicado para os benefícios de pensão e invalidez).

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 2012 e 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pelas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, pelas normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, através da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, pela PREVIC por meio da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 (antiga sigla NBC TE 11), e pelas práticas contábeis

brasileiras. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos, sejam circulantes e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observado a gestão previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 NBC TG 26.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis pela Diretoria Executiva da BANESES ocorreu em 25.02.2013.

2.1 Consolidação das Demonstrações:

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e a ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis da BANESES foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Plano	Plano Consolidado
Gestão administrativa - participação no PGA	16.387	(16.387)
Total do ativo	16.387	(16.387)
Fundo - Participação no fundo administrativo	(16.387)	16.387
Total do passivo	(16.387)	16.387

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo escriturada em livros obrigatórios, capazes de assegurar sua exatidão.

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações contábeis estão resumidos como segue:

a) Realizável - Gestão Previdencial: registra, principalmente, o compromisso assumido pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a Fundação Banestes de Seguridade Social, dentro do processo de saneamento do BANESTES S/A, conforme contrato firmado em 29.06.98, no valor histórico de R\$ 147 milhões, com amortização em 240 (duzentos e quarenta) meses atualizados pela TR + 8% (oito por cento) a.a. até 30.12.02 e, por força de aditivo contratual, IGP-DI + 6% a.a. a partir de 31.12.02. O saldo devedor dessa operação em 31.12.12 é de R\$ 222.157 (R\$ 235.663 em 30.12.11).

b) Realizável - Gestão Administrativa: em conformidade com a Resolução CGPC N° 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC n° 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

Realizável Gestão Administrativa	Exercício 2012	Exercício 2011
Gestão Administrativa	217	184
Contas a Receber	215	183
Despesas Antecipadas	2	1

c) Realizável - Investimentos:

Renda Fixa: representa as aplicações com rendas definidas, podendo ser pré-fixadas ou pós-fixadas. Os títulos para negociação são avaliados a valor de mercado e os títulos mantidos até o vencimento são atualizados pelos rendimentos incorridos até a data do balanço.

Renda Variável: representa as aplicações em ações, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e demais taxas e foram avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado a partir de julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008. As ações que não são negociadas em Bolsa de Valores são avaliadas pelo preço de custo ou valor patrimonial, dos dois o menor.

A variação apurada em decorrência do confronto do valor contábil e o da avaliação de mercado foi apropriada diretamente à conta de resultado.

Operações com Participantes: representam os empréstimos concedidos aos participantes e são registrados pelo valor concedido, ajustado pela variação mensal do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) e juros de 0,65% a.m. Os empréstimos se sujeitam ainda ao IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, calculado com base no valor do empréstimo, cobrado no ato da liberação.

d) Permanente - (Imobilizado): está demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Baneses são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimado na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

▶ Móveis e Utensílios	10,00% a. a.
▶ Máquinas e Equipamentos	10,00% a. a.
▶ Sistemas de Comunicação	10,00% a. a.
▶ Computadores e Periféricos	20,00% a. a.
▶ Sistemas Computacionais	20,00% a. a.

Permanente - (Intangível): a Baneses está desenvolvendo um sistema de benefícios próprio. Os gastos na execução do projeto são contabilizados no Ativo Permanente - Intangível - Desenvolvimento, com saldo em 31/12/2012 no montante de R\$ 1.395 (R\$ 1.165 em 2011).

e) Provisões:

e.1) - Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

- **PCLD:** a provisão para perdas prováveis dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da Instrução Normativa SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- ▶ 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- ▶ 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- ▶ 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- ▶ 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

e.2) - Provisão para Ações GTD -

Considerando o princípio da prudência e observando os critérios de liquidez, risco, volatilidade, histórico de valores de mercado e patrimoniais, a Baneses efetivou, com base em estudos e discussões internas, e amparado na Resolução CGPC n° 13, artigo 12, parágrafo 2º, o lançamento de provisão para ajuste. O valor provisionado em dezembro de 2012, R\$ 221 (R\$ 333 em 2011) considera a diferença entre o valor contabilizado (valor de mercado) e o valor patrimonial.

f) Ativos Contingentes

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n° 1.180, de 04 de agosto de 2009 e pronunciamentos Contábeis -CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada de benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da BANESES em 31 de dezembro de 2012:

Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento -OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A BANESES, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do art. 7 do Decreto-Lei n.º 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC, conforme art. 10

da Lei n.º 7.738, de 09 de março de 1989 acrescentado pela Lei n.º 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei n.º 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFNDs seriam reajustados pela Taxa Referencial -TR.

A **BANESES** é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011 no montante aproximado de R\$ 20.797, o qual representa a parte da **BANESES**. Embora o julgamento da ação, em segunda instância, tenha sido favorável à ABRAPP, tendo tal decisão já transitada em julgado com petição de execução, a **BANESES** não registrou contabilmente por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como: incerteza do valor a ser recebido e o prazo de encerramento da referida ação (processo ainda em fase de execução).

Em 14 de outubro de 2011 a PREVIC encaminhou Ofício n.º 4.621/2011/CGMC/DIACE/PREVIC não autorizando o registro contábil.

g) Exigível Operacional: registram as obrigações decorrentes de direitos a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da entidade, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais e recebimentos de receitas antecipadas. Registra as obrigações fiscais, a constituição da provisão sobre o 13º salário dos assistidos e dos empregados, sendo o ajuste efetuado no encerramento de cada exercício.

h) Exigível Contingencial: é representado por provisões constituídas com base em estimativas apuradas pela Assessoria Jurídica que classificam as contingências com chance de perda provável, possível e remota. Quando a expectativa de perda é remota não é constituída provisão, quando é possível são evidenciadas em nota explicativa, e a provável perda é provisionada.

A Administração da Fundação Banestes entende que as provisões constituídas são suficientes para atender às eventuais perdas decorrentes de processos administrativos e/ou judiciais.

i) Provisões Matemáticas: Foram determinadas de acordo com a nota técnica atuarial e representam o valor atual total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, calculadas com base no Plano de Benefícios.

j) Fundos: são constituídos de acordo com os seguintes critérios:

j.1) - Fundo Previdencial:

O saldo existente no Fundo Previdencial refere-se à provisão de valores decorrentes de recálculos de reservas individuais de benefícios concedidos, havidos por força do cancelamento de aposentadoria, cujos processos ainda aguardam decisão definitiva.

j.2) - Fundo Administrativo:

A entidade constitui Fundo Administrativo próprio, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Baneses, e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

As mutações do exercício foram:

Discriminação	Fundo Previdencial	Fundo Administrativo	Total
Saldos em 31/12/2011	3.420	15.804	19.224
Formação/ Reversão de Fundos	431	583	1.014
Saldos em 31/12/2012	3.851	16.387	20.238

k) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas:

As adições e deduções, receitas e despesas, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As rendas/variações positivas de dividendos, bonificações e juros sobre o capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações são reconhecidas após publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas das empresas investidas.

4 -INVESTIMENTOS

Em 31/12/2012 e em 31/12/2011 a BANESES possuía os seguintes investimentos em garantia das provisões matemáticas:

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	Exercício 2012	Exercício 2011
Títulos Públicos Federais	434.867	406.390
Notas do Tesouro Nacional	352.748	328.590
Letras Financeiras do Tesouro	82.119	77.800
Créditos Privados e Depósitos	107.518	161.625
Instituições Financeiras	97.981	98.690
Companhias Abertas	9.537	62.935

COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	Exercício 2012	Exercício 2011
Ações	53.150	62.611
Instituições Financeiras	2.263	1.987
Companhias Abertas	28.615	29.852
Patrocinadores	22.272	30.772
Fundos de Investimentos	389.376	269.807
Renda Fixa	119.593	93.485
Ações Mercado a Vista	186.363	153.354
Multimercado	62.479	18.933
Direitos Creditórios	8.901	-
Participações	9.784	4.035
Imobiliário	2.256	-
Investimentos Imobiliários	16.897	17.004
Edificações para Uso Próprio	518	348
Edificações Locadas ao Patrocinador	15.881	16.160
Edificações para Renda	323	340
Aluguéis a Receber	175	156
Alienação de Imóveis	-	-
Empréstimos	35.405	34.726
Empréstimos	35.405	34.726
Total dos Recursos	1.037.213	942.164

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” em virtude da capacidade financeira da Banestes.

Os títulos classificados no item (i) são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração de resultados.

Os títulos classificados no item (ii) são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os títulos estavam assim classificados:

Títulos para Negociação	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2012			2011		
Renda Fixa						
Fundos de Investimentos	171.857	190.973	190.973	104.626	112.418	112.418
Direitos Creditórios	8.438	8.901	8.901	-	-	-
Multimercado	59.598	62.479	62.479	18.110	18.933	18.933
Renda Fixa	103.821	119.593	119.593	86.515	93.485	93.485
De 181 a 360 dias	71.281	78.202	78.202	-	-	-
LFT ⁽¹⁾	71.281	78.202	78.202	-	-	-
Total - Renda Fixa	243.138	269.175	269.175	104.626	112.418	112.418
Renda Variável						
Fundos de Investimentos	164.230	186.363	186.363	151.541	153.354	153.354
Ações - FIAs	164.230	186.363	186.363	151.541	153.354	153.354
Ações	56.381	52.738	52.960	50.373	62.187	62.521
Ações Banestes	20.641	22.165	22.165	14.611	30.657	30.657
Ações Brasil Telecom ⁽²⁾	-	-	-	-	22	22

Títulos para Negociação	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2012			2011		
Ações OI S.A. ⁽³⁾	10	17	17	-	-	-
Ações GTD	2.220	488	488	2.220	604	604
(-) Provisão GTD		(221)		-	(333)	-
Ações EDP - Energias do Brasil	5.624	12.152	12.152	5.620	13.459	13.459
Ações Bradesco	1.996	2.226	2.226	1.998	1.946	1.946
Ações Petrobras	14.175	6.307	6.307	14.191	6.944	6.944
Ações Vale	11.715	9.604	9.604	11.731	8.888	8.888
Total - Renda Variável	220.611	239.101	239.323	201.913	215.541	215.874
Investimentos Estruturados						
Total de Fundos de Participação	9.723	9.784	9.784	4.100	4.036	4.036
Total de Fundos Imobiliário	2.200	2.256	2.256	-	-	-
Total - Investimentos Estruturados	11.923	12.040	12.040	4.100	4.036	4.036
Títulos para Negociação - Total	475.672	520.316	520.537	310.639	331.995	332.328

Títulos Mantidos até o Vencimento	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado	Custo de Aquisição	Valor Contábil	Valor de Mercado
	2012			2011		
Renda Fixa						
De 01 a 180 dias	42.510	58.243	60.038	-	-	-
NTN-B ⁽⁴⁾	42.510	58.243	60.038	-	-	-
De 181 a 360 dias	9.571	9.537	9.532	20.651	43.348	44.553
Debênture PETROBRAS	-	-	-	20.651	43.348	44.553
Debênture VALE	9.571	9.537	9.532	-	-	-
Acima de 360 dias	281.691	396.404	534.244	415.053	514.667	580.717
DPGE Cruzeiro do Sul ⁽⁵⁾	-	-	-	10.000	13.431	13.431
DPGE Banif	6.000	8.342	8.342	6.000	7.311	7.311
DPGE Bicbanco	11.000	15.267	15.267	11.000	13.388	13.388
DPGE Schahin	10.000	12.686	12.686	10.000	11.113	11.113
DPGE Modal	5.000	7.970	7.970	5.000	6.991	6.991
DPGE BMG	10.000	16.359	16.359	10.000	14.098	14.098
DPGE Banco Fibra	11.000	14.349	14.349	11.000	12.410	12.410
DPGE Banco Indusval	8.000	10.218	10.218	8.000	8.951	8.951
DPGE Banco Mercantil	10.000	12.791	12.791	10.000	10.997	10.997
Debênture VALE	-	-	-	9.571	9.587	9.578
LFT	9.579	3.917	3.917	80.860	77.800	77.812
NTN - C	112.337	183.430	265.026	112.337	169.887	208.732
NTN - B	88.775	111.075	167.320	131.285	158.702	185.905
Títulos Mantidos até o Vencimento	333.773	464.184	603.814	435.705	558.015	625.269
Total	809.444	984.500	1.124.351	746.344	890.010	957.597

⁽¹⁾ As LFT incluídas como "Títulos para Negociação" na posição de 2012 foram remarçadas em dezembro do mesmo ano e corresponde a parte predominante das LFT marcadas como "Mantidas até o vencimento" em 2011.

⁽²⁾ A quantidade de ações da Brasil Telecom em carteira são oriundas de bonificações recebidas, referentes a posição deste papel no fundo exclusivo encerrado em 2003, portanto, não refletiram em custos para a entidade.

⁽³⁾ As ações OI S.A. foram adquiridas através da reorganização societária da Brasil Telecom, convertendo o total de ações Brasil Telecom em ações OI S.A. O valor de aquisição do papel refere-se ao valor das ações OI S.A. no momento da conversão.

⁽⁴⁾ As NTN-B presentes no total de Títulos Mantidos até o Vencimento com vencimento em até 180 dias vencerão em 15.05.2013 e seus correspondentes em 2011 estão classificados nos títulos com vencimento até 360 dias.

⁽⁵⁾ A DPGE do Banco Cruzeiro do Sul foi paga antecipadamente, através do FGC, após declarada a liquidação do banco.

5 - EXIGÍVEL ATUARIAL

► Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas e consignadas contabilmente com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, Mercer Human Resource Consulting e, conforme parecer atuarial datado de 29.01.2013, as provisões, avaliadas no regime financeiro de capitalização, estão desdobradas da seguinte forma:

► Benefícios Concedidos

Registra, de acordo com a Nota Técnica Atuarial, o valor atual dos benefícios líquidos a serem pagos pela

entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefícios de prestação continuada.

► Benefícios a Conceder

Benefícios do plano com a geração atual - registra o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, avaliado de acordo com a Nota Técnica Atuarial, líquido do valor atual das contribuições futuras por eles devidas quando do recebimento dos referidos benefícios.

A composição do exigível atuarial em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

Descrição	2012	2011
Benefícios Concedidos	857.008	820.972
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	857.008	820.972
Valor Atual Benefícios Futuros Programados	754.369	723.414
Valor Atual Benefícios Futuros não Programados	102.639	97.558
Benefícios a Conceder	372.126	321.744
Contribuição Definida	333.993	287.547
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	146.059	113.126
Saldo de Contas Parcela Participante	187.934	161.887
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	38.133	34.197
Valor Atual dos Benefícios não programados	38.133	34.197
TOTAL DE PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.229.134	1.142.716

Os resultados ocorridos foram os seguintes:

Mutação	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	820.972	321.744	1.142.716
Apropriação a resultado	36.036	50.382	86.418
Saldos em 31 de dezembro de 2012	857.008	372.126	1.229.134

► Hipóteses atuariais

Apresentamos, a seguir, as principais hipóteses adotadas:

Plano II de Aposentadoria	2012	2011
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	6% a.a	6% a.a
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a	2% a.a
Projeção de cresc. real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a	0% a.a
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I - 2% a.a Plano II - 0% a.a	Plano I - 2% a.a Plano II - 0% a.a
Fator de capacidade para os salários	0,98	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade de geral ⁽⁴⁾	AT - 2000	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT - 49	AT - 49
Tábua de entrada de invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability	Mercer Disability

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do plano I oriundos da migração do plano I para o plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Porém, metade do rendimento em excesso à meta atuarial é destinado ao reajuste deste benefício conforme regulamento do Plano.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajuste salariais de longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativas futuras das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

6 - CRITÉRIO DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Através da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, que dispõe sobre critérios e limites para custeio das despesas administrativas, o Conselho Deliberativo aprovou, em 22/12/2009, o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA da Fundação Banestes, que estabelece regras, normas e critérios para a gestão administrativa do plano de benefício previdencial.

O Conselho Deliberativo estabeleceu como limite das despesas administrativas, o percentual de 1% sobre o montante dos recursos garantidores do plano de benefícios, em vigor a partir do mês de janeiro de 2010.

Para custeio das despesas administrativas os participantes, assistidos e patrocinadores efetuam o pagamento da contribuição equivalente a 0,50% do salário de participação e as despesas administrativas comuns foram assim rateadas: 60% - para a gestão previdencial e 40% - para a gestão de investimentos.

7 - CONTINGÊNCIAS

A Baneses registra uma contingência de 271 ações tramitando na justiça, das quais 133 tramitam na justiça comum e 138 na justiça do trabalho. Das ações em curso, aquelas com risco provável de perda para à Baneses, no total de 82 já se encontram provisionadas contabilmente em 31 de dezembro

de 2012 no montante de 7.008 (6.014 em 2011).

Quanto aos demais processos, a grande maioria com sentenças favoráveis à Baneses apresenta um exigível contingencial de R\$ 2.532 relativo às reclamações trabalhistas e R\$ 2.408 se refere às ações cíveis e tributárias.

A Baneses é Autora nas seguintes ações:

- Proposta pela ABRAPP contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento, BNDES e União Federal, processo de nº. 910123902-3, junto à 23ª Vara Federal de Seção Judiciária do Rio de Janeiro, que já transitou em julgado, razão pela qual possui crédito relativo ao êxito da ação em referência, que ainda depende de apuração e liquidação, motivo pela qual referido crédito não será consignado na conta de ativos da Baneses.
- Proposta pela LOBO & IBEAS em face do Fundo Garantidor de Crédito, processo de nº. 583.00.210.201351-2, junto à 10ª Vara Cível da Comarca de São Paulo-SP, objetivando a recuperação do crédito devido pela decretação de falência do Banco Santos.

8 - DETALHAMENTOS DOS SALDOS DAS RUBRICAS "OUTROS"

Em atendimento à letra "k", do item 30, do Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o detalhamento dos saldos das rubricas contábeis denominadas "Outros" é o seguinte:

A) ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL		
Rubrica 1.2.1.9.00.00.0 - Outros Realizáveis	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Valor a receber de ex-aposentados	2.843	2.514
Total Outros Realizáveis	2.843	2.514

B) RECEITAS - GESTÃO PREVIDENCIAL		
Rubrica 3.1.1.9.00.00.0 - Outros Recursos Correntes	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Contrato do Governo	29.437	27.617
2. Eventuais	310	240
Total Outros Recursos Correntes	29.747	27.857

C) RECEITAS - GESTÃO ADMINISTRATIVA		
Rubrica 4.1.9.1.00.00.0 - Outras Receitas	Exercício Atual	Exercício Anterior
1. Outras Receitas não Relacionadas	694	0
Total Outras Receitas	694	0

9 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

A Baneses registrou em 2012 superávit acumulado de R\$ 11.446 (R\$ 16.097 em 2011), destinado a constituição da reserva de contingência, inferior a 25% das provisões matemáticas constituídas sob a forma de benefício definido.

Jussara Gonçalves Vieira
Diretora Superintendente
CPF: 474.853.707-82

Fernando Valli Cardoso
Diretor de Investimentos
CPF: 798.500.307-04

Deosdete José Lorenção
Diretor de Seguridade
CPF: 148.583.557-72

Neusimar Nunes Gobbi
Contadora CRC ES 007791/0-5
CPF: 621.678.987-20

6 - Pareceres

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
*FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL -
BANESES*
VITÓRIA/ES

Examinamos as demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES*, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da *FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES* é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da *FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES* para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES* em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2013.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3 S-ES

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC RS-050671/O-2 S-ES

PARECER ATUARIAL DO PLANO II DE APOSENTADORIA

(29 de janeiro de 2013)

Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Aposentadoria, administrado pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente às Patrocinadoras BANESES - Fundação Banestes de Seguridade Social, BANESES S.A. Banco do

Estado do Espírito Santo (Patrocinador Instituidor), BANESES Clube, BANESTES Seguros e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros Ltda. da Entidade, em 31/12/2012.

Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Par-

participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 30/09/2012.

Os dados individuais foram fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detetadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	1.974
Idade Média (anos)	44,0
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	18,9
Salário Mensal Médio (R\$)	4.343
Folha Anual de Salários (R\$)	111.454.250

Participantes Autopatrocinaados

Descrição	
Número	212
Idade Média (anos)	52,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	25,8
Salário Mensal Médio (R\$)	4.401
Folha Anual de Salários (R\$)	12.127.970

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	2
Idade Média (anos)	50,8
Benefício Mensal Médio (R\$) ⁽¹⁾	N/D

⁽¹⁾ O valor da Complementação Média do Benefício Proporcional Diferido será calculado no momento da elegibilidade do Participante.

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	1.477
Idade Média (anos)	61,9
Benefício Mensal Médio em R\$	4.321
Aposentados Inválidos	
Número	197
Idade Média (anos)	56,1
Benefício Mensal Médio em R\$	1.468
Beneficiários	
Número	228
Idade Média (anos)	64,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.667
Total	
Número	1.902
Idade Média (anos)	61,6
Benefício Mensal Médio em R\$	3.828

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/09/2012. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados, refletindo o conceito de capacidade.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pela(s) Patrocinadora(s) e por estudos específicos realizados em 06/12/2012,

que tomaram como base a população existente no(s) Plano(s) administrado(s) pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.2 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano II de Aposentadoria.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2011.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Descrição	
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	6% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	Plano I - 2% .a.a. Plano II - 0% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	3% até 40 anos e 1% entre 41 e 50 anos
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos ⁽⁵⁾	AT-49
Tábua de entrada em invalidez ⁽⁶⁾	Mercer Disability
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas. Para os benefícios do Plano I oriundos da migração do Plano I para o Plano II o reajuste de benefícios não contempla o repasse integral do índice. Porém, metade do rendimento em excesso à meta atuarial é destinado ao reajuste destes benefícios conforme regulamento do Plano.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas Patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura das Patrocinadoras sobre admissões e desligamentos de Participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁵⁾ Foi utilizada a tábua AT-49, segregada por sexo sem agravamentos.

⁽⁶⁾ A tábua Mercer Disability foi utilizada com 50% de agravamento linear em todas as idades.

Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2012 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, posicionados em 31/12/2012.

Conta	Nome	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.260.818.356,95
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.240.580.308,36
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.229.134.056,22
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	857.007.883,30
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	857.007.883,30
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	754.368.445,30
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	102.639.438,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	372.126.172,92
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	333.992.640,86
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	146.058.712,33
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	187.933.928,53
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	38.133.532,06
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	38.133.532,06
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00

Conta	Nome	R\$
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	11.446.252,14
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	11.446.252,14
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	11.446.252,14
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	11.446.252,14
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	20.238.048,59
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.851.050,26
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	3.851.050,26
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	16.386.998,33
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Aposentadoria vigente em 31/12/2012, Plano este que se encontra em manutenção.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- As provisões referentes a futura reversão da aposenta-

doria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);

- As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a redução no valor do superávit de R\$ 4.651.203,81, registrado em 31/12/2011, decorre de ganhos atuarias de origens diversas, equivalentes a 0,37% do Patrimônio Social para Cobertura do Plano. Conforme previsto no artigo 20 da Lei Complementar nº 109 de 29/05/2001, o resultado do Plano foi destinado à constituição da Reserva de Contingência, inferior a 25% das Provisões Matemáticas Constituídas sob a forma de Benefício Definido.

Os principais fatores que levaram à manutenção do Superávit/Déficit em 31/12/2012 foi a rentabilidade do Plano no exercício de 2012 ter se mantido próxima a meta atuarial; sendo portanto de natureza conjuntural.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

O Fundo Previdencial em 31/12/2012, no valor total de R\$ 3.851.050,26, foi constituído com os recursos provenientes de recálculos de reservas individuais de benefícios concedidos, havidos por força de cancelamento de aposentadoria, cujos processos ainda aguardam decisão definitiva.

Plano de Custeio para o Exercício de 2013

Custos

O método atuarial agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, no caso

da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES os compromissos na modalidade benefício definido já se encontram totalmente integralizado sendo o custo descrito a seguir o percentual da folha salarial destinado à cobertura das contribuições previdenciárias da modalidade de contribuição definida e despesas administrativas:

Descrição	Custo em % da folha de salário de participação	Custo em R\$ de 31/12/2012
Total de Benefícios	14,38%	17.410.842,00
Administração	1,0%	1.211.105,81
Total	15,38%	18.621.947,81

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2012. Ressaltamos que durante o ano de 2013, os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

O custo para cobertura dos Benefícios de Risco (Morte e Invalidez) é nulo, uma vez que o valor presente desses benefícios já se encontra totalmente reconhecido na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. No entanto, é necessária a sua reavaliação a cada exercício para verificar sua suficiência ou insuficiência em relação aos compromissos do Plano.

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Aposentadoria com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

As Patrocinadoras deverão efetuar Contribuições Normais de acordo com os itens B.6.2.1 e Contribuição Extra de acordo com os itens B.2.18 (Contribuição Extra) do Regulamento do Plano:

- ▶ Contribuição Normal: Corresponde, em média, a 6,07% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- ▶ Contribuição Extra: 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,57% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 7.951.753,91 em 31/12/2012).

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar Contribuições Básicas de acordo com os itens B.6.1.1 e B.6.3.1 e Contribuição Extra de acordo com o item B.2.18 do Regulamento do Plano:

- ▶ Contribuição Básica: Corresponde, em média, a 8,31% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos;
- ▶ Contribuição Extra: 0,5% da folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 8,81% da folha de Salário de Participação (equivalente a R\$ 10.670.193,91 em 31/12/2012).

Participantes Autopatrocinaados

Os Participantes Autopatrocinaados deverão efetuar, além de suas contribuições (Básica e Extra), as contribuições que seriam feitas pela patrocinadora (Normal e Extra), caso não tivesse ocorrido o Término do Vínculo Empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios bem como da taxa de administração.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes em BPD deverão efetuar contribuições para cobertura das despesas administrativas de 1% (0,5% referente à Contribuição Extra de Participante e 0,5% referente à Contribuição Extra de Patrocinadora) do Salário de Participação da data do desligamento, devidamente atualizado.

Participantes Assistidos e Dependentes com benefício de Pensão por Morte

Os Participantes Assistidos deverão efetuar as seguintes contribuições:

- ▶ Sobre o benefício mensal errado por contribuições ao Plano II:
 - * Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%.
- ▶ Sobre o benefício mensal definido no item B.11.25:
 - * Contribuição de 5,2% do benefício.
- ▶ Sobre o benefício mensal definido no Capítulo B.11 (exceto os estipulados nos itens B.11.25 e B.11.25.1):
 - * Contribuição Extra prevista no item B.2.18, no percentual de 0,5%;
 - * Contribuição Específica apurada mediante aplicação da tabela seguinte, observando-se, exceto nos casos de benefício de pensão e invalidez, o mínimo de 10% da suplementação.

Tabela de Contribuições Sociais

MASSA MASCULINA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.425,54	2,85	-
De 1.425,55 a 2.851,08	4,75	27,09
De 2.851,09 a 8.553,24	17,10	379,19
Acima de 8.553,24	20,90	704,22

MASSA FEMININA INSCRITA ATÉ 23/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.425,54	3,00	-
De 1.425,55 a 2.851,08	5,00	28,51
De 2.851,09 a 8.553,24	18,00	399,15
Acima de 8.553,24	22,00	741,28

MASSA INSCRITA APÓS 23/01/1978		
Nível de Benefício R\$	Percentual %	Parcela a deduzir R\$
Até 1.425,54	2,55	-
De 1.425,55 a 2.851,08	4,25	24,23
De 2.851,09 a 8.553,24	15,30	339,28
Acima de 8.553,24	18,70	630,09

Participantes "Fundadores" inscritos no Plano anteriormente a 23/01/1978, desde que se aposentem com idade igual ou superior a 55 anos e tempo de serviço igual ou superior a 30 anos no caso de participante do sexo feminino ou 35 anos no caso de participante do sexo masculino, têm suas contribuições calculadas conforme a tabela de contribuição de participantes inscritos após 23/01/1978.

Pensionistas Beneficiários inscritos até 23/01/1978 do sexo feminino efetuam contribuição com base na tabela de contribuição masculina.

As faixas de contribuição previstas no plano de custeio serão corrigidas em setembro de cada ano pelo Fator de Reajuste Especial Anual.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.

Conclusão

Certificamos que o Plano II de Aposentadoria da BANESES está superavitário, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio e da realização das hipóteses atuariais para manter esta situação.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2012.
Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Jorge João da Silveira Sobrinho
M.I.B.A. nº 920

Thiago Castello Branco Portal
M.I.B.A. nº 2.181

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da FUNDAÇÃO BANESTES DE SEGURIDADE SOCIAL - BANESES, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 32 do Estatuto da entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 08, de 31/10/2011, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22/01/2010, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2012.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da Baneses, e considerando ainda o Parecer dos Atuários Externos e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2012.

Vitória (ES), 14 de março de 2013.

Marilene Bertoni
Presidente

Maria Aparecida Gonçalves da Silva
Conselheira

Ricardo Gobbi
Conselheiro

Ronaldo Hoffmann
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em reunião de 26 de março de 2013, o Conselho Deliberativo da Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES, no uso das competências de que tratou o Inciso VI do Art. 18 e Art. 40 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis de 2012 apresentadas pela Diretoria Executiva e com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial,

no Parecer do Conselho Fiscal e Notas Explicativas, conclui que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual aprova os referidos relatórios relativos ao exercício de 2012.

Vitória (ES), 26 de março de 2013

Mônica Campos Torres
Presidente

Celso Cláudio Simões
Conselheiro

Jovenal Gera
Conselheiro

Lúcio Carlos Faller Pereira
Conselheiro

Sandro da Silva Martins
Conselheiro

Tarcísio Ceotto Malheiros
Conselheiro

Expediente



Patrocinadores: Banestes S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, Banestes Seguros S/A, Banestes Administradora e Corretora de Seguros Ltda, Banestes Clube de Seguro e Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES. **Textos:** Áreas técnicas da BANESES. **Organização:** Assessoria de Comunicação. **Jornalista responsável:** Alcione Lobato (R.P. 365/86). **Projeto Gráfico e Editoração:** Comunicação Impressa (3319-9062).